

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.395.397 - RS (2018/0294394-1)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **MARCOS LUIZ DA ROSA**
ADVOGADOS : **JUAREZ ANTONIO DA SILVA E OUTRO(S) - RS047483**
 DANIELLE ELIZABETE RAMBORGER - RS109585
AGRAVADO : **SONIA DOS SANTOS DA ROSA**
AGRAVADO : **CLEUSA TEREZINHA SANTOS DA ROSA**
AGRAVADO : **ANDERSON DORNELLES DA ROSA**
AGRAVADO : **GREICE DORNELLES DA ROSA**
ADVOGADO : **JOÃO RAUL RODRIGUES - RS013880**
AGRAVADO : **ADOLAR DOS SANTOS ROSA**
AGRAVADO : **BALVES DOS SANTOS DA ROSA**
AGRAVADO : **IVONE DOS SANTOS**
ADVOGADO : **SOELI BECK - RS014273**
AGRAVADO : **NELSON DOS SANTOS DA ROSA**
ADVOGADO : **CRISTINE HERINGER - RS094693**
AGRAVADO : **CLEONICE DOS SANTOS DA ROSA**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MARCOS LUIZ DA ROSA contra decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

A denegação se deu em virtude da incidência das Súmulas nºs 282, 283 e 356/STF.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

Constata-se que as razões do agravo deixaram de impugnar de forma adequada a incidência das Súmulas nºs 282, 283 e 356/STF, limitando-se a fazer assertivas genéricas e reiterar os argumentos do apelo extremo, atraindo a aplicação do disposto no art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, que faculta ao relator não conhecer do recurso "*que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida*".

Importante frisar que, no recente julgamento do EAREsp 746.775/PR, julgado em 19/9/2018, DJe 30/11/2018, a Corte Especial deste Tribunal reafirmou o entendimento no qual é necessária a impugnação específica de todos os fundamentos da decisão agravada, sob pena de incidência da súmula 182/STJ.

Ante o exposto, não conheço do recurso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 21 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

